IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 17 a 19 de setembro de 2015
ISSN 1982-3657

OS FUNDAMENTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

DEBORA RODRIGUES SANTOS

EIXO: 23. PESQUISA FORA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

RESUMO: O presente trabalho consiste em elucidar as principais conseqüências da Reestruturação Produtiva para o trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Para tanto, foi realizado um estudo teórico. Entre elas que a Reestruturação Produtiva modifica a organização do trabalho e a produção mesclando elementos de continuidade com o regime taylorista-fordista com o toyotismo. Dessa forma, não houve uma substituição total do modelo anterior pelo toyotismo como argumentou Antunes. Assim, a Reestruturação Produtiva trouxe como consequências ao trabalho: a desqualificação do trabalho; o controle do processo de trabalho; o fortalecimento da divisão sexual do trabalho; a redução do trabalho vivo; o aumento do desemprego e das péssimas condições de trabalho; e vem aumentando a exploração da força de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Capitalismo. Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT: The present work is to elucidate the main consequences of Productive Restructuring for work in contemporary capitalist society. Therefore, we performed a theoretical study. Among them the Productive Restructuring modifies the organization of work and production blending elements of continuity with the Taylor-Fordist regime with Toyotism. Thus, there was not a total replacement of the previous model as argued by toyotism Antunes. Thus, the Productive Restructuring consequences as brought to work: the disqualification of the work, the control of the labor process, the strengthening of the sexual division of labor, reduction of living labor, increasing unemployment and poor working conditions, and comes increasing exploitation of the workforce.
KEYWORDS: Work. Capitalism. Productive Restructuring.

I Introdução

A sociabilidade humana baseia-se no trabalho, ou seja, a condição objetiva da existência do homem é o trabalj 9loho, atividade criadora e idealizada antes mesmo da sua plena execução, fator que o diferencia dos outros animais tornando-o um ser social (LUKÁCS, 1979). Deste modo, para Marx (1985a, p. 149), o trabalho é "um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza".

A partir desses pressupostos, Lessa (2007, p. 142) afirma que "o trabalho é, pois, a categoria fundante do mundo dos homens". Por conseguinte, a sociabilidade vigente passa por transformações substanciais quando ocorrem alterações na natureza do trabalho e no modo de produção.

Nessa perspectiva, frisamos que a sociedade atual baseia-se no modo de produção capitalista, mas precisamente sob o capitalismo monopolista no seu estágio contemporâneo. Para compreender melhor esse período, faz-se necessário traçar breves considerações sobre a fase anterior. Durante os Anos Dourados – localizado entre o final da II Guerra até meados dos anos de 1970 – houve constante crescimento da economia capitalista, então fundamentada no regime de

acumulação taylorista/fordista.

No final dos anos 1960 e início da década seguinte, começam a aparecer vários indícios de instabilidade da fase áurea do capitalismo monopolista devido aos sinais de do esgotamento modelo taylorista/fordista. Validamente, em 1974-1975 deflagrou-se a primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde o término da Segunda Guerra. A profundidade desta crise do capital proporcionou a transição para outra fase do capitalismo monopolista acabando definitivamente com o período áureo e trazendo consequências para os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais em nível mundial. Portanto, partir dos anos de 1970 teve início o capitalismo contemporâneo.

Para dar resposta à referida crise, o capitalismo buscou várias estratégias ligadas a uma gama de reajustes que constroem a contextualidade em que aparecem verdadeiras transformações societárias, que vêm marcando, mundialmente, as diferentes esferas societais, alterando a forma de regulação estatal e o padrão de acumulação capitalista. Nesses marcos, houve uma reestruturação do capital bem como da sua ideologia e formas de dominação ocasionando também a reorganização do Estado através do projeto neoliberal. Para Antunes (1999, p. 31), teve início "um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores". Este processo pode ser chamado de Reestruturação Produtiva.

Convém salientar que este processo de reestruturação vem sendo bastante debatido por diversos autores de formas diferenciadas. Alguns teóricos conceituam a Reestruturação Produtiva como um processo baseado na emergência de novos paradigmas que substituíram o sistema taylorista/fordista e adotaram o toyotismo. Em contrapartida, outros pensadores defendem que os coexistem elementos desses dois regimes produtivos na atualidade.

Diante destas considerações iniciais, este trabalho consiste em elucidar as principais conseqüências da Reestruturação Produtiva para o trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Em termos metodológicos, foi realizado um estudo teórico a partir da leitura imanente das obras dos autores Sérgio Lessa (2007), Ruy de Quadros Carvalho (1987), Ricardo Antunes (1999), André Gorz (1980), Krishan Kumar (1997) e Helena Hirata (2002). Convém salientar que recorremos a outras obras quando nos foi necessário. Desse modo, este trabalho se baseia na perspectiva ontológica com vistas a compreender as determinações do real.

II Os fundamentos da Reestruturação Produtiva na sociedade contemporânea

Sérgio Lessa (2007) em seu livro "Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo" faz uma abordagem sobre o debate teórico acerca da categoria trabalho nas últimas décadas, considerando assim as significativas transformações societárias que perpassam a realidade nos dias atuais. Nesse ínterim, reafirma a pertinência da teoria marxiana sobre o capital e o trabalho, nas suas variadas formas, quais sejam: trabalho, trabalho abstrato, trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, trabalhador coletivo. Desse modo, o autor analisa elementos de teorias das Ciências Humanas que expressam exatamente o contrário do que ele assevera e defendem a hipótese de a Reestruturação Produtiva ter suscitado uma ruptura com o regime produtivo taylorista-fordista e apresentando sérias conseqüências, a saber: a "abolição do trabalho", o fim do proletariado, a "superação da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e a "fusão entre o trabalho produtivo e o improdutivo" (Lessa, 2007, p. 299).

Sendo assim, uma das primeiras referências do seu livro discute criticamente dois períodos intitulados "adeuses ao proletariado" a partir da realidade do capitalismo nas últimas décadas. Por conseguinte, (Lessa, 2007, p. 37) relaciona o primeiro "Adeus ao proletariado" ao contexto dos anos 1950-1960 demarcando a "situação histórica marcada pelas conseqüências políticas e teóricas do apogeu e crise do Estado de Bem-Estar e do fordismo; [...] e, ainda, pelo aprofundamento da crise do bloco soviético". Conforme este autor, o segundo "Adeus ao proletariado" é marcado pelo "impacto da nota etapa da crise que se instala nos anos de 1970, pela reestruturação produtiva, pela conversão do Estado de Bem-Estar no Estado Mínimo do neoliberalismo e pela queda do bloco soviético" (Idem, p. 56).

Para Lessa (2007), nesse panorama o debate sobre o trabalho tem crescido significativamente. No entanto, vem proporcionando uma "decadência teórica" conservadora, pois muitos autores contestam a atualidade do pensamento de Karl Marx sobre a sociedade capitalista e os conceitos de trabalho que já foram citados acima. Nesse sentido, Lessa (2007) considera que diversas pesquisas realizadas sobre as transformações nos processos de trabalho têm contribuindo para a afirmação de vários equívocos em relação à categoria trabalho na perspectiva marxiana. Não obstante, Lessa posiciona-se a partir da atualidade e da precisão desta teoria:

[...] longe de ser confuso, Marx foi preciso ao tratar do trabalho, da relação deste com o trabalho abstrato, dos fundamentos ontológicos das classes sociais pelo lugar que ocupam na estrutura produtiva, da distinção ontológica

entre o proletariado e os demais assalariados que faz dos operários a classe revolucionária por excelência (LESSA, 2007, p. 251).

Lessa observa que durante o primeiro “Adeus ao proletariado” nos anos de 1960, a automatização dos processos de trabalho foi o motivo das classes sociais já não terem os mesmos significados bem como de estar havendo a supressão do proletariado. Para Lessa (2007, p. 59), “no segundo adeus será a reestruturação produtiva que cumprirá este papel”. Assim, diante das novas condições

[...] o trabalhador adentrará à empresa também com sua alma, além de sua força de trabalho; que as novas tecnologias e estratégias gerenciais exigirão que o trabalhador tome iniciativas e interfira no processo de trabalho. Não bastam mais as suas forças de trabalho no sentido estrito do termo, é agora preciso que estejam convictos da identidade de interesses e de propósitos entre eles e a empresa (LESSA, 2007, p. 58-9).

Nessa perspectiva, para Lessa não houve uma ruptura entre os dois “adeuses ao proletariado”. Portanto, “estamos assistindo a uma nova rodada teórica que reafirmará, nem sempre com novos argumentos, o adeus ao proletariado dos anos de 1960-70” (Idem, p. 59-60). Em linhas gerais, durante o segundo “adeus ao proletariado” podemos observar “as conseqüências da crise estrutural do capital e, mais diretamente, da assim denominada ‘reestruturação produtiva’” (Ibdem, p. 78) bem como muitas das teorias desenvolvidas nesse período apontam para o “afastamento do trabalho como categoria fundante do ser social, e do proletariado enquanto classe revolucionária” (Ibdem, 2007, p. 78). Assistimos a sérias imprecisões e inconsistências.

Sob outro prisma, Antunes (1999, p. 47), afirma que o capitalismo buscou “modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo” para recuperar seu ciclo de crescimento. Para tanto, “gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexível” (Idem, p. 36). Assim, o referido autor, em consonância com a vertente que defende ter havido uma fase de passagem para outro regime produtivo, realça que nesse ínterim se destaca o toyotismo ou modelo japonês.

No entanto, Antunes (1999, p. 52) o autor entra em contradição quando afirma que “o padrão de acumulação flexível articula um conjunto de elementos de *continuidade* e de *descontinuidade* que acabam por conformar algo *relativamente* distinto do padrão taylorista/fordista”. Podemos questionar como um regime que contém características do padrão anterior pode se reclamar como “novo” ou “relativamente distinto”.

Faz-se mister ressaltar que o toyotismo promove a introdução de novas tecnologias, métodos e técnicas na produção capitalista, entre os quais se destacam: o *kaizen, o just-in-time, o kanban*, controle estatístico de processos, celularização da produção e círculos de controle de qualidade, novas máquinas e robôs. Em linhas gerais, a automação e as novas formas de organização do trabalho reorganizam as empresas para conseguir novos patamares de produtividade e qualidade pautados pela flexibilidade, integração e novos ideais gerenciais (ANTUNES, 1999). Não obstante, nesse novo panorama constatamos o acirramento da exploração da força de trabalho em meio à intensificação do ritmo de trabalho, ao alto grau de controle sob os trabalhadores, às péssimas condições de trabalho, à desqualificação do trabalho, ao aumento do desemprego, ao fortalecimento da divisão sexual do trabalho, entre outros fatores negativos.

A partir desse pressuposto, pode-se fazer uma afirmação óbvia: o capitalismo continua presente na atualidade! Não há, portanto, uma nova era, um novo modo de produção, muito menos o socialismo. Nesse sentido, ao expor os fundamentos da teoria do pós-fordismo, Kumar assevera que

O capitalismo pós-fordista ainda é, afinal de contas, capitalismo. É impulsionado tanto hoje como sempre pelo motor do processo de acumulação. A reestruturação implícita no pós-fordismo tem a intenção de fortalecer, e não de enfraquecer o capitalismo (KUMAR, 1997, p. 62).

Segundo alguns pensadores desta teoria, a sociedade pós-fordista “inicia um novo modo de produção. Muda a própria fonte de criação de riqueza e os fatores determinantes da produção. O trabalho e o capital [...] são substituídos pela informação e pelo conhecimento (Idem, p. 24). Nesse direcionamento, asseveramos que não há a instauração de um novo modo de produção na chamada “sociedade da informação”. Tal pensamento nos traz dois problemas. O primeiro relacionado ao fato de que as novas técnicas não têm o poder de alterar o modo de produção da sociedade

posto que ainda estamos vivendo o modo de produção capitalista. O segundo equívoco relaciona-se ao deslocamento da centralidade do trabalho para o eixo do conhecimento. Não é demais afirmar que o trabalho continua sendo a categoria fundante da sociabilidade humana independente da formação social, sendo a fonte geradora de valor, e não o conhecimento. Para Gorz (1980a, p. 85), o trabalho "continua a fonte de todas as riquezas".

Convém ressaltar que embora estejamos numa fase contemporânea do capitalismo, as leis fundamentais deste modo de produção continuam sendo fortalecidas. As relações de produção e de trabalho refletem o objetivo maior do capitalismo: a produção e a acumulação do capital. O qual é viabilizado através da dominação dos trabalhadores pelos capitalistas que se valem de instrumentos de controle. Desse modo, corroboramos com Gorz (1980, p. 11) quando afirma que as "organizações, técnicas de produção, divisão do trabalho formam a matriz material que, invariavelmente, reproduz, por inércia, as relações hierárquicas de trabalho, as relações capitalistas de produção".

O capitalista, detentor dos meios de produção, tem um poder histórico sob o trabalhador que vem sendo compreendido como um verdadeiro despotismo que se faz presente no processo de trabalho desenvolvido nas fábricas através de técnicas de produção e técnicas de dominação ao longo do desenvolvimento do capitalismo que almeja sustentar a exploração do trabalhador. Sobre isto, Gorz assevera que

O despotismo de fábrica é tão velho quanto o próprio capitalismo industrial. As técnicas de produção e a organização do trabalho que elas impõem sempre tiveram um duplo objetivo: tornar o trabalho o mais produtivo possível para o capitalista e, com essa finalidade, impor ao operário o rendimento máximo através da combinação dos meios de produção e das exigências objetivas de sua execução (GORZ, 1980a, p. 81).

Assim, a organização do trabalho deve manter essa condição do trabalhador por meio da divisão do trabalho para aumentar a taxa de acumulação do capital constantemente, da qual o operário não deve ter acesso. Nesse sentido, a organização do trabalho nos moldes capitalistas tem o objetivo de assegurar o poder absoluto do capitalista e negá-lo aos trabalhadores, subordinando-os cada vez mais ao controle dos que detém o poder neste modo de produção.
Portanto, em consonância com Lessa (2007, p. 308), confirmamos que "nada em nosso momento histórico nos possibilita conceber que sequer tendencialmente esteja superada a contundência desta descrição de Gorz das relações de produção capitalista". Ou seja, tais relações de produção permanecem fortalecidas na sua essência enquanto fundamento do modo de produção capitalista. Neste aspecto, Lessa (2007) enfatizou que

Em todos os ramos industriais, do petrolífero à moda, a introdução das novas tecnologias não alterou substantivamente as relações de produção a não ser para aprofundar o que já era essência no passado: a busca dos mais elevados patamares de extração da mais-valia. O desenvolvimento das novas tecnologias capitalistas apenas resultou na produção de mais e mais capitalismo, não abalou a propriedade privada burguesa nem alterou as relações de produção capitalistas (Idem, p. 311).

Um outro aspecto abordado na obra de Sérgio Lessa (2007) discorre sobre alguns equívocos que se fazem presentes nas teorias sobre o trabalho e que podem ser fortemente questionados com base nos fundamentos marxistas. Uma dessas imprecisões conceituais diz respeito ao chamado "fetichismo da técnica, pelo qual esta seria o fator determinante do desenvolvimento histórico" (Lessa, 2007, p. 253). A partir deste elemento, Lessa expõe os argumentos de alguns autores para comprovar a sua hipótese, inclusive aqueles que defendem que "as transformações técnicas e as estratégias gerenciais seriam a causa das transformações nas relações de produção e [...] a causa da alteração nas classes sociais" (Idem, p. 253), a exemplo de Mallet, Belleville e Antunes, Iamamoto. Em contrapartida, Lessa articula textos de Marx com estudos de outros pesquisadores (Kumar, Carvalho, Hirata, Lukács) que convergem com sua hipótese e defendem que "o momento predominante não se localiza na técnica, mas nas relações sociais" (Ibdem, p. 257).
Assim, o desenvolvimento das novas tecnologias não tem a autonomia de direcionar a história da sociedade nem as relações sociais de produção existentes. Há que se destacar que as alterações relacionadas à técnica não provém da própria técnica, mas do desenvolvimento do capitalismo e o atendimento aos seus objetivos. Sobre isto, Lessa (2007, p. 256) corrobora dizendo que "cada modo de produção desenvolve as técnicas necessárias à sua própria reprodução e, portanto, que entre a técnica e as relações de produção, o momento predominante cabe a estas últimas". Desse modo, as determinações sociais influem o desenvolvimento das forças produtivas que inclui o desenvolvimento tecnológico consoante com o modo de produção vigente, o capitalismo.

Lessa (2007) assegura que a tese da prioridade da técnica implica sérias imprecisões teóricas que prejudicam a centralidade ontológica do trabalho na sociabilidade humana. Desse modo, àquela tese ao defender a prioridade da técnica sobre as relações de produção coloca em risco a centralidade do trabalho negando que a "centralidade ontológica do trabalho, tal como descoberta por Marx e explorada por Lukács em sua *Ontologia*, é o fundamento ontológico da prioridade das relações de produção sobre a técnica" (Lessa, 2007, p. 264).

A partir dessa premissa, Lessa concorda que a técnica corresponde aos meios de produção que, por sua vez, relacionam-se ao trabalho, ao intercâmbio dos homens com a natureza. Diante de tal posicionamento, ressaltam-se mais uma vez a centralidade do trabalho e das relações sociais de produção em detrimento da "prioridade" da técnica (LESSA, 2007).

Dando prosseguimento, Carvalho (1987) analisa que as inovações tecnológicas têm um significado além da técnica, pois abrangem outros aspectos. Assim, "é necessário entender o progresso técnico como produto de relações sociais determinadas" (Carvalho, 1987, p. 23). Ao defender esse ponto de vista, o autor assinala que não devemos ter uma "posição tecnicista a propósito da inovação tecnológica e de suas implicações para os trabalhadores, como se o desenvolvimento e a difusão das novas tecnologias seguisse uma dinâmica puramente técnico-científica, autônoma e isenta de determinações políticas" (Idem, p. 28). Desse modo, devemos considerar que o conjunto dos determinantes da sociedade burguesa, incluindo as lutas de classes e a relação entre capital e trabalho, também influencia o desenvolvimento das novas tecnologias.

Retomemos Lessa para ressaltar que

[...] não há qualquer indício significativo de que a técnica seria predominantemente no desenvolvimento das relações de produção [...] nada indica que o mero desenvolvimento da tecnologia estaria hoje em dia varrendo as relações capitalistas de produção para a lata do lixo da história, abolindo as classes sociais ou dissolvendo a contradição antagônica proletariado/burguesia em uma mais ampla contradição entre a condição assalariada *versus* capital (LESSA, 2007, p. 261).

Em outro direcionamento, utilizamos o pensamento de Carvalho (1987) para compreender as conexões entre as tecnologias e o uso da força de trabalho há que se levar em consideração o panorama político e econômico de cada período histórico. Desse modo, a política de marginalização da classe trabalhadora criada durante a Ditadura Militar no Brasil – resultando na forte repressão aos movimentos operários e sindicais – teve um papel fundamental na utilização de determinadas tecnologias. Outra razão definitiva foi a direção das políticas econômicas – a exemplo da política de arrocho salarial e a instabilidade no emprego. Tais fatores foram imprescindíveis para as decisões gerenciais a respeito da intensificação do trabalho a partir da rotatividade como instrumento de controle e da utilização da força de trabalho pouco qualificada em troca de baixos salários. Portanto, pode-se considerar que as transformações na base técnica não foram viabilizadas por meio de um processo endógeno, mas totalmente relacionado aos interesses do capital num contexto de relações sociais, econômicas e políticas que deram um novo formato ao sistema de exploração do trabalho e ao processo de valorização do capital através do incremento tecnológico. Portanto, concordamos com Kumar (1997, p. 44) quando ele defendeu que "a nova tecnologia, porém, está sendo aplicada em uma estrutura política e econômica que confirma e reforça padrões existentes, ao invés de gerar outros".

Outro aspecto significativo diz respeito à relação importantíssima entre o alcance dos objetivos do capitalismo, novas tecnologias e o Estado demonstrando assim o "elo entre governo e sociedade de informação" (Idem, p. 40). É sabido que o objetivo da criação de novas tecnologias é recuperar as taxas de lucro e de crescimento através do aumento da produtividade e da acumulação do capital num mercado mundial cada vez mais integrado e competitivo. Para tanto, o Estado tem uma função fundamental desempenhando seu papel de "comitê executivo da burguesia" totalmente funcional aos interesses do capitalismo. Dessa forma, após o esgotamento do regime taylorista-fordista e a instauração da crise estrutural do capital, o Estado passar por uma reestruturação em conformidade com o capitalismo. Diante das novas condições se estabelece uma nova articulação entre o Estado e a produção. No entanto, esta nova face do Estado continua garantindo suas funções econômicas para o modo de produção capitalista.

Nesse aspecto, Lessa (2007) frisa que

Nas novas condições econômicas, um novo Estado se fez necessário: o neoliberal. Aparentemente o antípoda do Estado de Bem-Estar, no fundo é sua prossecução histórica [...] com novos meios, dos mesmos objetivos do Estado de Bem-Estar: a intervenção do Estado para garantir a mais elevada taxa de extração de mais-valia a cada momento da história [...] sua função não se alterou (LESSA, 2007, p. 319).

Em outra perspectiva, Kumar (1997) argumenta que o aparelho estatal por meio das suas funções políticas e militares vem financiando pesquisas das novas tecnologias no complexo industrial-militar. Conformando, assim,

[...] uma sociedade projetada, como as antigas, por e para uns poucos: as ricas e poderosas classes, nações e regiões do mundo [...] seus objetivos e efeitos são rigorosamente definidos pelos objetivos tradicionais das elites políticas e econômicas: expandir o poder do Estado [...] e aumentar a produtividade e os lucros das empresas capitalistas, sobretudo através da criação de um mercado global integrado (KUMAR, 1997, p. 44).

Diante do exposto, fica perceptível que as novas tecnologias – nesse caso as tecnologias de informação – têm um caráter eminentemente capitalista nos levando a questionar de "toda a base teórica da idéia de uma sociedade de informação" tendo em vista que a sociedade da informação é "um mito [...] ela é apenas a ideologia mais nova do Estado capitalista" (Idem, p. 43).

Há que se destacar um elemento muito importante presente na argumentação de alguns dos autores estudados no que concerne à continuidade entre fordismo, taylorismo e toyotismo no contexto do capitalismo contemporâneo em vários países, sendo guardadas as suas especificidades, inclusive no Brasil. Nessa perspectiva teórica, a Reestruturação Produtiva tem, portanto, essa particularidade de articular elementos de paradigmas produtivos diferentes. Para comprovar esta hipótese, Lessa (2007) faz uma análise de alguns estudos que tratam desse objeto, entre eles Carvalho (1987), Kumar (1997) e Hirata (2002). Deste modo, garante que

A combinação e articulação das características dos dois modelos parece ter sido a regra, mais do que a exceção, da 'reestruturação produtiva' em todo o mundo. E esta possibilidade de fusão de elementos do taylorismo com as exigências da produção flexível já estava parcialmente dada pelas novas necessidades e possibilidades de extração de mais-valia geradas pelo esgotamento do binômio fordismo-Estado de Bem Estar (LESSA, 2007, p. 307).

Também nesse direcionamento, Kumar (1997, p. 31) concebe veementemente "a sociedade de informação basicamente como a aplicação ulterior do taylorismo". Isso significa que características dos modelos diferentes coexistem sendo que "o taylorismo continua a ser o princípio dominante" (Idem, p. 37). A partir desta obra, Lessa (2007, p. 301) constata a "continuidade fundamental entre o fordismo e o toyotismo ou produção flexível".

A partir dos pontos aqui elencados, asseveramos que a ordem societária continua capitalista formada por uma série de mudanças na organização das empresas com sérias conseqüências para o trabalho. Isto posto, sabemos que podem surgir novas técnicas, mas o fim último do modo de produção capitalista prevalece. No entanto, nas palavras de Kumar (1997, p. 44) "o principal argumento da crítica à idéia da sociedade da informação é que o desenvolvimento e difusão da TI não implantaram nenhum princípio ou direção fundamentalmente novos na sociedade".

Nesse direcionamento, Carvalho (1987) também assegura que no Brasil, não ocorreu uma superação imediata do antigo padrão produtivo (taylorista-fordista), ou seja, esse regime não foi totalmente substituído pelo toyotismo, mas sim intensificado e estendido a outros setores da produção, pois no atual processo de produção continuam existindo algumas características clássicas que são especificidades do taylorismo e do fordismo desde as primeiras iniciativas de implantação.

Em outro sentido, podemos considerar um dos argumentos da socióloga Hirata (2002) ao afirmar que existem limites e particularidades de cada país que interferem diretamente na aplicação de um novo regime produtivo. Assim, esses obstáculos podem ser elucidados a partir da rigidez intrínseca à automação de base eletromecânica, da produção em série, das tarefas parcelizadas, simplificadas e repetitivas que eram desenvolvidas no momento inicial do toyotismo no contexto brasileiro, muitos dos quais existem até os dias atuais.

Um exemplo claro refere-se à linha de montagem do fordismo que

é uma expressão típica dos efeitos da automação clássica (dedicada) sobre a organização do trabalho. No entanto, sua extensão a novas áreas da produção está se revelando como um dos efeitos importantes da fase de transição para a tecnologia microeletrônica (CARVALHO, 1987, p. 149).

Deste modo,

Não se trata da consolidação de um padrão definitivo em substituição ao anterior, mas de novas tendências de utilização do trabalho que, convivendo com as sobrevivências da situação anterior, apontam o sentido em que esta deverá ser mudada (Idem, p. 95).

Diante dos limites à automação, o referido autor considerou que nessa fase de transição de um regime para outro houve uma combinação das novas tecnologias com as formas clássicas da organização do trabalho.

Em diversas indústrias semi-automatizadas as inovações eletromecânicas se desenvolveram no sentido de incorporar na própria tecnologia de produção as concepções tayloristas de organização do trabalho. A linha de montagem fordista convencional de produção de automóveis levou esta tendência ao extremo. Seus resultados são a intensificação e a desqualificação do trabalho, de maneira a favorecer políticas instabilizadoras da mão-de-obra (Ibdem, p. 94).

Nesse sentido, não há a extinção de alguns elementos do fordismo e do taylorismo, pois

O dado mais significativo do nosso estágio no setor de soldagem das montadoras foi a descoberta de que, na fase atual, a introdução da AME não está levando à superação da organização do trabalho do tipo fordista, mas ao contrário, reforçando-a [...] O resultado não é a superação do fordismo, mas a sua extensão a segmentos do processo produtivo onde, na base técnica eletromecânica, predominava o trabalho autônomo com relação à linha automatizada e a circulação manual de peças (CARVALHO, 1987, p. 221).

A partir da análise feita por Lessa (2007), podemos observar que a introdução das novas técnicas trouxe a desqualificação do trabalho para o cerne do processo de produção. A partir desse ponto de vista,

ao invés de uma complexificação das tarefas que exigem um operário mais hábil e com mais conhecimentos, o efeito das novas tecnologias e formas de organização do trabalho seria justamente o inverso: uma desqualificação do trabalho (LESSA, 2007, p. 299).

Nessa perspectiva, devemos enfatizar que para Hirata (2002, p. 29), “não há uma única divisão de trabalho”. À luz desse pensamento, Hirata corrobora com o argumento de Krishan Kumar, Sérgio Lessa e Ruy de Quadros Carvalho ao considerar que coexistem diferentes regimes produtivos na sociedade contemporânea, ou seja, características pertinentes ao fordismo, taylorismo e toyotismo estão sendo utilizadas concomitantemente. Portanto, defende a hipótese que nega ter havido uma substituição do modelo taylorista-fordista pelo toyotismo de maneira que houvesse uma ruptura total com elementos anteriores.
Para comprovar sua hipótese, Hirata faz uso da categoria divisão sexual do trabalho defendendo que esta já existia no taylorismo e está sendo reforçada pelo toyotismo. Nas palavras da autora,

No entanto, se, por um lado, os princípios do taylorismo e os da gestão por meio de círculos de controle de qualidade dizem respeito a ciências diferentes, por outro, as técnicas tayloristas e as das “atividades de pequenos grupos” [...] não são exclusivas, podem coexistir e até mesmo ser complementares (HIRATA, 2002, p. 40).

Nesse aspecto, a referida autora exemplifica a utilização de características de modelos diferentes que estão se “somando” no processo de trabalho. Ao analisar esta obra, Lessa (2007) assinalou que há uma

[...] complementariedade entre novas formas de gerência e as velhas técnicas tayloristas, numa combinação que, ao mesmo tempo renova as práticas taylorizadas e confere maior flexibilidade aos processos de trabalho requeridos nas novas condições (LESSA, 2007, p. 302).

Dessa forma, pode-se depreender que o capitalismo continua se valendo da organização taylorista do trabalho aliada à

política de gestão da mão-de-obra que tem como princípios a flexibilidade, a qualidade e participação do trabalhador.
Essas questões levantadas até o momento permitem-nos salientar que não há uma única divisão de trabalho nem um único paradigma produtivo. Isto posto, ao analisar esses pontos devemos compreender que existem limites na implantação de novas técnicas conforme as particularidades nacionais que envolvem um conjunto de aspectos sociais, econômicos, culturais e históricos. Assim, podemos nos questionar se vivenciamos um regime produtivo totalmente novo tendo em vista que o toyotismo não representa uma ruptura com os modelos clássicos. Na verdade, a realidade aponta para uma relação de continuidade entre regimes diferentes.

III Conclusão

No contexto do capitalismo contemporâneo, observamos mudanças significativas no trabalho que alteram substantivamente o processo de trabalho capitalista através da Reestruturação Produtiva. Mas que não tem o objetivo de criar outra sociedade ou outro modo de produção, pelo contrário, essas transformações almejam fortalecer cada vez mais o capitalismo diante do cenário de crise.
Merece destaque o aspecto que foi lembrado por Lessa, Kumar, Carvalho e Hirata, diz respeito à negação da posição tecnicista em relação ao desenvolvimento histórico da sociedade. Constatamos a fragilidade dessa premissa tendo em vista que o desenvolvimento de novas técnicas não tem o poder de direcionar a história nem as relações de produção existentes, pois as relações sociais é que são determinantes para o desenvolvimento da sociedade e que podem interferir no rumo da história.
É importante frisar as mudanças no seio do capitalismo para sair da crise atual no contexto contemporâneo. Uma das alternativas é a Reestruturação Produtiva que modifica a organização do trabalho e a produção mesclando elementos de continuidade com o regime taylorista fordista ao passo que materializa as técnicas do modelo japonês como defenderam os autores Lessa, Gorz, Kumar, Carvalho e Hirata. Dessa forma, não houve uma substituição total do modelo anterior pelo toyotismo como argumentou Antunes.
Diante do exposto, pode-se afirmar que os elementos aqui elencados permitem concluir que as condicionalidades sócio-históricas contemporâneas impregnam significativamente o trabalho. Portanto, reafirmamos a centralidade do trabalho para a construção da sociabilidade humana.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CARVALHO, R. de Q. **Tecnologia e trabalho industrial:** as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística. Porto Alegre: L & PM, 1987.

GORZ, A. O despotismo da fábrica e suas conseqüências. In: GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 1980a.

_____ . Técnica, técnicos e luta de classes. In: GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980b.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?:** um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

Mestra em Serviço Social (UFAL); Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas; Membro do grupo de pesquisa “Trabalho e Reprodução Social”, da UFAL. Estudante da Especialização em Educação Ambiental com ênfase em espaços educadores sustentáveis da Universidade Federal de Sergipe.

Recebido em: 19/07/2015
Aprovado em: 20/07/2015
Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort
Metodo de Avaliação: Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi: